

**ACTA DA REUNIÃO DO EXECUTIVO NÚMERO 12/11**

**REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2011**

----- Aos dezasseis dias de Junho de dois mil e onze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, e com a presença dos Srs. Vereadores, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

----- Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

----- Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **FALTAS** – Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Presidente, que se encontra de férias. -----

----- **ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

----- **SUA APROVAÇÃO** -----

----- Continuando os trabalhos foi aprovada a Acta da reunião anterior, tendo-se dispensado a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte *infra* referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO Sr. VICE-PRESIDENTE E SRS. VEREADORES. -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, principiou por usar da palavra o Sr. Vereador Manuel Marques que, a propósito da proibição de se estacionar em cima das Pistas Cicláveis, perguntou se não foram criados espaços alternativos para estacionamento, dado que isso originou um decréscimo razoável dos lugares disponíveis. -----

----- O Sr. Vice-Presidente informou que esse assunto está a ser acautelado, que já foram criados alguns espaços alternativos para estacionamento e outros irão ser criados. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Jacinta, que interveio a seguir, perguntou se os Protocolos de Delegação de Competências com Juntas de Freguesia, que foram

aprovados na última sessão da Assembleia Municipal, já estão em execução, tendo o Sr. Vice-Presidente informado que a maioria já foi assinado pela Câmara e pela respectiva Junta de Freguesia, encontrando-se algumas das obras delegadas já em execução. Os que ainda não foram assinados, foi por impossibilidade dos representantes das Juntas. -----

----- De seguida, usou da palavra o Sr. Vereador Brito Salvador para perguntar se já foi recebido o Relatório Final da última Inspeção levada a efeito pela IGAL, tendo os presentes comunicado que não tinham conhecimento que isso tivesse acontecido. -----

-----Continuando a sua intervenção, o Sr. Vereador Brito Salvador quis saber que critérios foram utilizados na escolha dos bares para funcionarem durante o AgitÁgueda, porque sabe de queixas de muitos que se inscreveram e não foram aceites. O Senhor Vice-Presidente informou que se adoptou o critério da ordem de inscrição, uma vez que só era possível colocar lá 12 bares e os inscritos eram 36. Nos anos anteriores não foi adoptado qualquer critério, porque o número de inscritos era inferior ou igual aos lugares disponíveis. O acréscimo de adesão revela o interesse que o evento suscita, e, nos próximos anos será repensado o critério de selecção. -----

----- Prossequindo o mesmo assunto do AgitÁgueda o Sr. Vereador Brito Salvador quis saber porque é sempre a mesma firma a fornecer as bebidas, se também é essa firma que fornece as bebidas brancas e se houve algum concurso para adjudicação desse fornecimento. -----

----- O Sr. Vice-Presidente informou que a firma em causa é a Bebivende e que apenas fornece a cerveja, quanto às bebidas brancas este ano, pela primeira vez houve uma firma que as patrocinou. -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, a Câmara tomou, também, conhecimento do Relatório Final da Auditoria efectuada aos serviços, pela Associação Portuguesa de Certificação, e que o Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos seleccionou, para efeitos de vir a ser contemplado com financiamento, o projecto de "Controlo de Cheias em Águeda - Intervenções nas secções de vazão das Ponte EN1, em Águeda, da Ponte de Óis da Ribeira e no canal Secundário do Rio Águeda By-pass". -----

----- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** -----

----- De seguida, a Câmara analisou as propostas apresentadas e deliberou, por unanimidade, de acordo com alínea a) do nº 2 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e conforme o previsto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que estabelece o Orçamento Geral de Estado para 2011 e do artigo 69º do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de Março, conferir parecer prévio favorável e autorização para a celebração dos Contratos de Prestação de Serviços que se indicam a seguir: -----

----- Contratação de serviço de desinfestação de livros (proposta 384/11); -----

----- Contratação de serviço de 4 Técnicos Superiores, considerando a comparticipação financeira do Programa MaisCentro ao projecto a desenvolver (proposta 395/11); -----

----- Contratação de elaboração de projecto de execução para o Canal Fluvial da margem Sul do Rio Águeda (proposta 397/11). -----

----- Quanto à prestação de serviços para a contratação de Serviços Artísticos, o mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador (proposta 383/11). -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **REDUÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA** -----

----- Presente, a seguir, um requerimento através do qual Luis Carlos Silva Ribeiro solicita, ao abrigo do Incentivo para Jovens, previsto no artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas, a redução do valor da taxa referente à construção de uma habitação. -----

----- Atendendo ao parecer emitido sobre o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido e reduzir o valor das taxas em 80%, pelo que o município irá pagar a importância de 154.32€ (proposta 385/11). -----

----- A seguir, foi analisado um requerimento apresentado por Carina Sofia de Pinho Branco, através do qual é solicitada a redução do valor da taxa referente ao licenciamento de uma habitação nos termos do disposto no art.º 6º do Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas – Incentivos para Jovens. -----

----- Tendo em vista o parecer emitido, a Câmara deliberou, por unanimidade, corresponder ao solicitado e reduzir o valor da licença em 70%, pelo que a município terá que pagar a importância de 361,21€ (proposta 386/11). -----

----- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS** -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Social e Cultural de Serém, com sede na Rua de Santo António, no Lugar de Serém de Cima, do pagamento das taxas referentes à ampliação e alteração da Escola Primária de Serém de Baixo, no valor de 528,40€ (proposta 387/11). -----

----- Durante a análise do presente assunto, o Sr. Vice-Presidente, por se encontrar impedido, retirou-se da reunião, tendo assumido a Presidência a Sr. Vereadora Elsa Corga. -----

#### ----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

##### ----- MINUTA DO CONTRATO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DE FERMENTELOS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente que aprovou a Minuta do Contrato da obra de Construção do Centro Educativo de Fermentelos (396/11). -----

#### ----- **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO** -----

##### ----- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE SUPERMERCADO -----

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o horário de funcionamento do Supermercado sito no Largo da Feira, em Almas da Areosa, Freguesia de Aguada de Cima, para poder estar aberto de 2ª a Sábado, entre as 09:00H e as 20:00H e ao Domingo das 09:00H às 12:00H (388/11). -----

#### ----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

##### ----- ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o Grupo de Danças e Cantares de Vale Domingos do pagamento das taxas referentes às licenças de Arraial e Especial de Ruído, para a Festa de S. João Batista, a ter lugar nos próximos dias 23 a 27 de Junho corrente, no Lugar de Ameal, freguesia de Águeda (proposta 390/11). -----

##### ----- ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO C.A.S.A.S -----

----- Seguidamente, a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar o Aditamento ao Protocolo de Cooperação oportunamente celebrado com a Associação C.A.S.A.S. – Centro de Apoio Social e Animação de Segadães (proposta 391/11). -----

##### ----- MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A COLECTIVIDADE PAUTA HUMANA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL -----

----- Depois de devidamente analisado, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do protocolo a celebrar com a Colectividade Pauta Humana –

Associação Cultural, com vista à atribuição de apoio financeiro à referida Associação em contrapartida pela dinamização do Fórum Municipal da Juventude, em complemento das actividades desenvolvidas pela Câmara (proposta 398/11). -----

----- **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS NO ANO DE 2012** -----

----- **OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA E DE PUBLICIDADE** -----

----- Tendo em conta que a execução da empreitada de Regeneração Urbana – Requalificação do Espaço Público do Centro da Cidade, colocará os comerciantes com estabelecimentos naquela parte da cidade potencialmente sujeitos a constrangimentos bem como a alteração de hábitos que poderão ter consequência nos negócios, o Executivo com base nos princípios da igualdade, imparcialidade e transparência que norteiam os actos da Administração Pública, deliberado, por unanimidade, isentar do pagamento das taxas de ocupação de via pública e de publicidade, durante o ano de 2012, relativamente aos licenciamentos em vigor e aos estabelecimentos com actividade localizada na Avenida Dr. Eugénio Ribeiro, Praça Dr. António Breda, Rua Fernando Caldeira e Rua Dr. José Sucena, na freguesia de Águeda, a título de compensação pelos prejuízos que, eventualmente, serão causados (proposta 392/11). -----

----- **CENTRO DE CANOAGEM** -----

----- **DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA COM URGÊNCIA PARA EXPROPRIAÇÃO DE TERRENO** -----

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que se segue: -----

-----“O Centro Municipal de Canoagem é um equipamento há muito reivindicado pelos clubes que praticam canoagem nesta cidade. A sua localização, junto ao Rio Águeda, palco privilegiado para a prática deste desporto, potencia o desenvolvimento desta modalidade, contribuindo ainda com mais um pólo de dinamização da área ribeirinha da cidade. -----

----- O Município de Águeda, na perspectiva do incremento desta prática desportiva e da revitalização do Rio Águeda, e, conseqüentemente, de toda a zona baixa da cidade, procedeu, em meados de 2003, à construção do Centro Municipal de Canoagem de plena boa fé, uma vez que o fez: -----

----- a) Ao abrigo da declaração de utilidade pública, que já anteriormente tinha sido concedida, com a correspondente autorização de posse administrativa, por despacho de S. Ex.<sup>ª</sup> o Secretário de Estado da Administração Local, datado de 14 de Maio de 2002, e do despacho conjunto nº 441/2002, de 27/2/2002, do Ministério do Ambiente e

do Ordenamento do Território e da Juventude e Desportos, publicado na D.R. II Série de 26/4/2002, de reconhecimento do interesse público da construção dos arranjos exteriores do Centro de Canoagem de Águeda em área da Reserva Ecológica Nacional; -----

----- b) Após a efectiva tomada de posse administrativa que teve lugar no dia 25/9/2002 no referido procedimento administrativo de expropriação, e ao abrigo do disposto no nº 9 do artigo 21º do Código das Expropriações; -----

----- c) A obra ficou concluída em 15/9/2003, conforme auto de vistoria geral para efeitos de recepção provisória lavrado nessa data, ou seja, muito antes de ter sido proferida em 5/12/2005 por sentença a declaração de caducidade de tal DUP no âmbito do processo nº 1974/05.3TBAGD do 2º Juízo do Tribunal de Águeda, a qual só muitíssimo mais tarde transitou em julgado. -----

----- d) Consequentemente, o edifício do Centro Municipal de Canoagem foi na sua totalidade construído antes dessa declaração de caducidade. -----

----- A execução deste projecto, que reveste e prossegue manifesto interesse público, com benefícios para todo o concelho de Águeda, e a implantação duma estrada marginal ao Rio, suscita no momento a necessidade urgente de expropriação do prédio rústico pertencente a Herdeiros de José Marques da Costa, onde já se encontra construído o Centro Municipal de Canoagem, sito à Ponte do Ribeirinho, Freguesia de Recardães, Concelho de Águeda, com a área de 2.700 m², que confronta de Norte com António de Sousa Moreira, de Sul com o Município de Águeda, de Nascente com o rio de Águeda e de Poente com prédio urbano dos próprios, inscrito na Matriz Predial Rústica daquela freguesia sob o n.º 3297 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Águeda sob o n.º 02810, exarada do n.º 63.003, a fls. 73 do livro B-153. -----

----- De acordo com a matriz predial, o prédio tem a área de 2.700 m², mas, segundo informação técnica da Câmara Municipal de Águeda, tem a área de 3.894,80 m², conforme Plantas de Localização, datadas de Agosto de 2009, e Abril de 2011, respectivamente, e Transposição de Classes de Espaços do PDM, datada de Fevereiro de 2010, que se juntam e que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais. -----

----- E tal necessidade urgente de expropriação mais se justifica pelo facto de estar pendente desde 31/07/2006 no Tribunal uma acção judicial intentada, pelo Município de Águeda com o n.º 2373/06.2TBAGD do extinto 1º Juízo de Águeda, e actualmente do Juízo de Grande Instância Cível de Anadia – Juiz 2, contra os Herdeiros de José Marques da Costa visando a declaração judicial de aquisição pelo Município de



Águeda da propriedade do terreno em causa com fundamento no instituto da acessão industrial imobiliária mediante o pagamento do justo valor daquele terreno antes da incorporação nele das obras de construção do Centro Municipal de Canoagem, mas que tal acção, apenas contestada por Maria Clementina Alves da Costa dos Santos e marido Francisco António dos Santos, ao fim destes quase cinco anos ainda não chegou à fase de ser proferido despacho saneador, em razão da sucessiva necessidade de habilitação dos herdeiros de Réus entretanto falecidos, não se prevendo que tal acção possa vir a terminar com sentença devidamente transitada em julgado nos próximos tempos. -----

----- A realização da construção do edifício no prédio ao abrigo da anterior DUP torna ainda mais urgente a expropriação até para se evitar a continuação da degradação de um edifício que o Município está impedido de utilizar e conservar após a declaração de caducidade da DUP até ao trânsito em julgado da sentença que vier a ser proferida na acção acima referida, não se compadecendo a conservação e até reabilitação do edifício construído com a morosidade do processo judicial instaurado que já está pendente desde 31/07/2006 e ainda não atingiu a fase da condensação, uma vez que a continuação da situação de o edifício não poder ser utilizado e a não se poder ter acesso a ele nem para obras de manutenção e conservação, agravará a sua degradação com o decurso do tempo, o que causará gravíssimos prejuízos ao Município. -----

----- A aquisição do terreno onde o Município de Águeda construiu o Centro Municipal de Canoagem é um investimento de utilidade pública concelhia, destinando-se à prossecução do desenvolvimento e promoção do desporto no Concelho, sendo crucial o melhoramento das instalações existentes na estratégia desportiva municipal, no cumprimento das atribuições que nesta área cabem ao Município, nos termos previstos na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. -----

----- O montante global a pagar pelo terreno – segundo Relatório de Avaliação, junto para apreciação e elaborado por perito da lista oficial – estima-se em €84.354,35 (oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos). --

----- No que respeita ao enquadramento em termos de Plano Director Municipal de Águeda (PDM), aprovado pela Assembleia Municipal de Águeda em 9 de Setembro de 1994, e ratificado pela Resolução do Conselho de ministros n.º 3/95 de 24 de Novembro de 1994, publicado no Diários da República n.º 13, I Série B, de 16 de Janeiro de 1995, o referido terreno insere-se dentro do limite urbano, parte em Zona Histórica da cidade e parte em Reserva Ecológica Nacional (REN), e, face às

condicionantes da REN, da Servidão do Domínio Público Hídrico e do PDM, está de forma decisiva limitada a possibilidade do seu aproveitamento para construção. -----

----- Encontrando-se asseguradas as dotações orçamentais para pagamento das indemnizações, considera-se aprovada a anterior planta parcelar e o mapa de expropriações. -----

----- Nestes termos, sem embargo dos processos judiciais ainda a decorrer relativos a esta questão, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro requerer, novamente, a declaração de utilidade pública da expropriação com carácter de urgência do prédio supra descrito, onde se encontra construído o Centro Municipal de Canoagem, sendo que uma faixa do terreno a expropriar se destina à implantação de uma estrada marginal ao Rio.” (proposta 394/11). -----

----- **OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL** -----

----- **3ª REVISÃO DAS OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO E 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL** -----

----- Seguidamente, a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar a 3ª Revisão às Opções do Plano e ao Orçamento para o ano de 2011 e a 1ª ao Mapa de Pessoal, nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), por remissão do nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro. -----

----- Mais foi deliberado, tendo em vista o disposto na alínea a) do nº 6, do art.º 64º, conjugado com as alíneas b) e o) do nº 2 do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter esta deliberação à apreciação da Assembleia Municipal (proposta 400/11). -----

----- **EMPRÉSTIMO** -----

----- **ALTERAÇÃO DA LISTA DE INVESTIMENTOS A FINANCIAR** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e da alínea d) do nº 2 do artigo 53º e da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, a alteração do artigo primeiro do Contrato de Abertura de Crédito entre a Instituição de Crédito BPI e o Município de Águeda, no que respeita ao montante dos investimentos previstos, passando a ter a seguinte redacção: -----



----- “Infra-estruturação de Parques Industriais – 500.000€; -----  
 ----- Aquisição de terrenos para Zonas Industriais – 700.000€; -----  
 ----- Requalificação Urbana na Margem Norte do Rio Águeda – 1.900.000€; -----  
 ----- Aquisição de terrenos destinados á construção de Centros Educativos –  
 300.000€; -----  
 ----- Açude no Rio Águeda – 560.000€; -----  
 ----- Aquisição de Imóvel – 470.000€; -----  
 ----- Construção do Centro Educativo de Macinhata do Vouga – 270.000€; -----  
 ----- Requalificação do Largo 1º de Maio e Bares – 300.000€” (proposta 400/11). ----

### **ASSUNTOS URGENTES**

----- Dada a urgência de que se revestem os mesmos, o Sr. Vice-Presidente propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e na parte final do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, que se inclua na Ordem de Trabalhos desta reunião os assuntos que se seguem, tendo todos os Membros do Executivo considerada aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato à sua análise: -----

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

----- De seguida, a Câmara analisou a proposta apresentada e deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, de acordo com alínea a) do nº 2 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e conforme o previsto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que estabelece o Orçamento Geral de Estado para 2011 e do artigo 69º do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de Março, conferir parecer prévio favorável e autorização para a celebração do Contrato de Prestação de Serviços para a produção e aluguer de equipamentos no âmbito do evento anual AgitÁgueda.-----

### **REPAVIMENTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS DO CONCELHO – 3ª FASE**

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 15 do corrente mês de Junho, que aprovou a adjudicação da empreitada epigrafada à firma Construções Carlos Pinho, Lda, pelo valor de 176.795,20€, bem como aprovar a respectiva Minuta do Contrato. ---

### **PARQUE EMPRESARIAL DO CASARÃO**

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas admitidas e a adjudicação da empreitada de Loteamento do Parque

Empresarial do Casarão à firma Construções Carlos Pinho, Ld<sup>ã</sup>, pela importância de 2.774.197,74€, conforme relatório final apresentado. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Neste período da reunião principiou por usar da palavra o Sr. António Breda que veio dar conhecimento à Câmara, porque sempre acompanhou o processo, das medidas que vai tomar por forma a pressionar a REFER a cumprir os compromissos que assumiu aquando da ocupação de um terreno em Ninho D'Águia, propriedade do município e de um irmão, há já cerca de 10 anos. -----

----- De seguida, interveio o Sr. Carlos Alberto Soares, em representação da Associação Atlética Macinhatense, que referiu os bons resultados desportivos obtidos por aquele clube e lamentou o facto de, no concelho, ser o único que ainda não tem relva sintética no seu campo de jogos o que tem originado a transferência de muitas crianças e jovens para outros clubes com melhores condições, prejudicando os seus propósitos de investimento na formação. -----

----- O Sr. Vice-Presidente comunicou que, de acordo com as previsões do Executivo, o campo de jogos da Associação Atlética Macinhatense será o próximo a ser relvado, já tem o projecto executado, estando-se a estudar a possibilidade da sua candidatura a um programa de financiamento. -----

----- Também o Sr. Vereador Brito Salvador se manifestou acerca deste assunto para dizer que reconhece a justiça das reclamações da Associação, que luta por melhores condições para a sua população, e afirmou que tem consciência de que é muito desagradável ver partir a nossa juventude para outros clubes que têm melhores condições. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Elsa Corga, que interveio a seguir, disse que o Executivo está sensibilizado para a situação e que, conforme disse o Sr. Vice-Presidente, o campo de jogos da Associação Atlética Macinhatense será o próximo a ser relvado e se isso não aconteceu até agora não foi por falta de vontade do executivo mas sim por se aguardar a comparticipação. -----

----- De seguida, usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Jacinta que disse que, quando se relvaram outros clubes do concelho, com relva sintética, foram elencadas as prioridades existentes no momento, e aplicada a relva por essa ordem de prioridades. Nessa altura, o arrelvamento do campo de jogos do Macinhatense não era prioritário relativamente aos outros. -----

----- Acerca deste assunto, usou ainda da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que ficou muito contente com os resultados do trabalho que a Associação tem

desenvolvido e espera, brevemente, dar-lhes os parabéns como Campeões Distritais, feito que tanto engrandece a freguesia como o concelho.-----

----- O Sr. Vereador João Clemente, que interveio a seguir, reforçou as dificuldades que têm impedido a execução daquela obra e disse estar solidário, tanto com o executivo como com a Atlético Macinhatense para que a obra seja executada o mais breve possível. -----

----- Eram doze horas e vinte minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente acta que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Vice-Presidente. -----

Jy Hugo Alvide

